

INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: um estudo do cenário das políticas de preservação e de eficiência energética

MARIANA ESTIMA SILVA¹; SIDNEY GONÇALVES VIEIRA²

¹PPG Memória Social e Patrimônio Cultural/ UFPEl – estimasilva.m@gmail.com

² PPG Memória Social e Patrimônio Cultural/ UFPEl – sid.geo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O tema das intervenções no patrimônio histórico edificado, apesar de não haver sido levantado nesse século, pode ser considerado atual e, ainda gerador de opiniões divergentes. No século XIX, as primeiras teorias intervencionistas surgiram a fim de solucionar questões de conservação e restauração das edificações pertencentes ao patrimônio cultural, até então chamados de monumentos históricos. Ruskin, na Inglaterra, defendia conceitos anti-intervencionistas e de universalização dos monumentos históricos como um todo. Enquanto Viollet-le-Duc, na França, acreditava que as intervenções eram necessárias para se alcançar a concepção ideal, mesmo que não original, dos monumentos em processo de restauro (CHOAY, 2001).

Ainda hoje a problematização do novo e do pré-existente no espaço urbano causa embates. Segundo MEIRA (2004), existe um limite tênue entre as opiniões que surgem tanto a partir do ato de preservar o patrimônio edificado, quanto da decisão de destruí-lo. Enquanto por um lado a decisão de preservar intacto pela simbologia de um passado perfeito, que pertence apenas ao imaginário de determinado grupo social, está equivocada. Por outro lado, a decisão contrária com justificativa no desenvolvimento econômico, baseia-se na construção de um futuro sem alicerce. É preciso considerar um equilíbrio.

No intuito de tentar intermediar essas questões, existem as políticas de preservação, na forma de normas, regulamentações e recomendações. Esses materiais possuem a função principal de proteger o patrimônio cultural edificado, garantindo sua preservação e indicando melhores caminhos para sua conservação. Entretanto, é preciso refletir, existe no patrimônio cultural edificado apenas o valor simbólico e de memória? Garantir a conservação dessas edificações é caro. E, por vezes, são essas mesmas normas que contribuem para tornar menos “vantajosa” a preservação de prédios históricos em relação a novas edificações. Por isso, torna-se necessário pensar e considerar também o retorno econômico desses exemplares edificados. Segundo BENHAMOU (2011, p.56) “[...] o novo apresenta uma ‘vantagem comparativa’ em face ao antigo, e essa vantagem aumenta ainda mais ao se tratar de monumentos protegidos cujos custos de manutenção crescem em função das normas obrigatórias”.

É possível conciliar os diferentes valores – histórico, cultural, social e econômico – incorporados aos exemplares do patrimônio cultural edificado? Quais as alternativas para tornar competitiva economicamente a preservação de prédios históricos em relação a novas construções? A afirmação de MEIRA (2004, p.56) “como muda a sociedade e mudam os seus valores, o que é considerado patrimônio cultural se modifica – é construído e reconstruído permanentemente” faz pensar em possíveis alternativas para a reflexão anterior. Sabendo que manter as edificações em uso é a melhor maneira de se garantir sua manutenção periódica, é preciso considerar meios de proporcionar essa utilização com qualidade. Para isso, pensar nos usuários é essencial, disponibilizando usos com os quais eles se identifiquem, além de funcionalidade e conforto ambiental.

Os benefícios provenientes da identificação do usuário com edificações históricas, estão também na possibilidade de pensar no retorno econômico do patrimônio cultural edificado, sem deixar de valorizar as pré-existências e valores memoriais. Além disso, atualizar os sistemas prediais para garantir economia de energia e de recursos naturais, também pode – ou até mesmo, deve – ser incorporado a esse processo, preservando em conjunto o patrimônio edificado e o natural. Pensar no valor econômico do patrimônio cultural edificado é, cada vez mais, uma realidade e uma necessidade. Apesar disso, questões como funcionalidade, herança histórica e a necessidade real da intervenção precisam ser consideradas e equilibradas. Processos como a “reciclagem”, “refuncionalização” e “*retrofit*” de edificações históricas, associados a inserção de novas tecnologias e novos usos, estão ganhando espaço no cenário no patrimônio cultural (VARGAS; CASTILHO, 2016).

De acordo com tal contextualização, a tese de doutorado da autora busca aprofundar-se no tema do *retrofit* de edificações pertencentes ao patrimônio cultural edificado, compreendendo como pode ser uma ferramenta de preservação do próprio patrimônio, mas também do meio ambiente. Este trabalho em questão, um recorte da tese, tem como objetivo traçar um cenário da evolução das normas e recomendações de proteção do patrimônio cultural edificado em relação com normas e regulamentações referentes a eficiência energética de edificações, a fim de compreender porque questões tão importantes são, ainda, discordantes.

2. METODOLOGIA

A metodologia da tese une critérios qualitativos e quantitativos. Sendo o método dividido em quatro etapas: análise do contexto atual, com estudo de legislações no âmbito das medidas de proteção do patrimônio edificado e da eficiência energética; escolha e caracterização do estudo de caso na cidade de Pelotas; caracterização da eficiência dos prédios para realização de tarefas; caracterização do desempenho energético dos prédios analisados. O presente trabalho equivale a primeira etapa do método, buscando contextualizar os temas das intervenções no patrimônio cultural edificado com a efficientização energética dos mesmos. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica, traçando cronologicamente o surgimento de tais regulamentações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de apresentar os resultados desta etapa, optou-se pela elaboração de tabelas (Tabelas 1 e 2). Dessa forma, é possível visualizar melhor a “evolução” das normas e regulamentações e, ainda, comparar os dois temas pesquisados. Optou-se pela listagem de medidas ocorridas no âmbito mundial e brasileiro, não inserindo normas e legislações estaduais e municipais neste momento, tanto pela necessidade de síntese, quanto por entender que acrescentaria pouco à análise comparativa, visto que para questões de eficiência energética inexistem publicações significativas nesses cenários mais restritos.

Tabela 1 - Medidas de proteção do patrimônio cultural edificado

Publicação	Ano	Cenário	Teor
Carta de Atenas	1931 e 1933	Mundial	Recomenda manter edificações em uso, desde que condizente com suas características.
Lei do Tombamento (Decreto Lei 25/1937)	1937	Brasil	Primeiro instrumento legal para proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Lei 378/1937	1937	Brasil	Criação do atual IPHAN, responsável por proteger e promover os bens culturais do país, garantindo sua permanência.
Recomendação de Paris	1962	Mundial	Ainda aborda patrimônio cultural edificado como algo excepcional e monumental.
Carta de Veneza	1964	Mundial	Traz a significação cultural ao patrimônio cultural edificado, considerando a história e o meio onde se encontra.
Normas de Quito	1967	Países americanos	Começam as discussões acerca do valor econômico do patrimônio cultural e sua função de “alavancar” o desenvolvimento.
Recomendação de Paris	1968	Mundial	Define edificações como “patrimônio cultural imóvel”, retirando a necessidade de valor de antiguidade para sua proteção
Convenção do Patrimônio Mundial - UNESCO	1972	Mundial	Criação da Lista do Patrimônio Mundial. Consolidação dos termos de “reabilitação” e “revitalização” para intervenções.
Decreto 80.978/1977	1977	Brasil	Estabelece as definições criadas na Convenção da UNESCO como parâmetros legais na preservação do patrimônio cultural brasileiro.
Constituição Federal	1988	Brasil	Distribui a responsabilidade de proteção do patrimônio cultural aos Estados e Municípios. Obrigatoriedade de Planos Diretores em cidades com mais de 20.000 habitantes. Estabelece o “registro”, “inventário” e “tombamento” como meios de proteção do patrimônio cultural.
SILVA, 2011; CARVALHO, 2020.			

Tabela 2 - Medidas de efficientização energética

Publicação	Ano	Cenário	Teor
Passive House	Década 1990	Europeu	Certificação de edificações em geral, através de método passivo, para aumentar o desempenho e diminuir o consumo energético.
Lei 10.295/2001	2001	Brasil	Origem do Programa Brasileiro de Etiquetagem em Edificações, ELETROBRAS/ PROCEL e INMETRO. A partir de então, surgem os regulamentos de avaliação da eficiência energética em edificações: RTQ-C, RTQ-R, RAC.
Procel Edifica	2003	Brasil	Criação do Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações, com incentivo ao uso eficiente e conservação dos recursos naturais.
Diretiva 2010/31/UE	2010	União Europeia	Cria método de projeto de edificação com alto desempenho energético e consumo próximo a zero.
EnerPhit Standard	2010	Mundial	Certificação que se destina a modernização de edifícios pré-existentes com base nos conceitos de Passive House.
Diretiva 2012/27/UE	2012	União Europeia	Estabelece que 3% dos edifícios públicos e pré-existentes sejam renovados com critérios de eficiência energética anualmente.
BS 7913:2013	2013	Grã-Bretanha	Norma que orienta na melhoria da eficiência energética de edificações históricas, através do emprego de materiais e técnicas específicos.

Instrução Normativa nº2	2014	Brasil	Exigência para edificações públicas federais – novas ou pré-existentes – atingirem nível de eficiência energética A, segundo RTQ-C.
EM 16883:2017	2017	Europa	Estabelece diretrizes para melhorar o desempenho energético de edifícios históricos de valor arquitetônico e cultural.
Diretiva 2018/844/UE	2018	União Europeia	Incentiva a introdução de sistemas eficientes e sustentáveis em edificações pré-existentes. Torna obrigatório o uso de equipamentos autorreguladores para iluminação, climatização em todas as edificações.
INI-C (Portaria 248/2018)	2018	Brasil	Aperfeiçoamento do RTQ-C, para determinar consumo energético dos sistemas prediais, classificando as edificações em cinco níveis.
CARVALHO, 2020; PBE EDIFICA, 2020; PURCELL, 2018;			

É possível perceber que a evolução das políticas públicas relacionadas a eficiência energética tem ênfase no momento em que as normas e recomendações relacionadas ao patrimônio começam a sofrer poucas alterações relacionadas ao âmbito do patrimônio cultural edificado. Apenas nos anos 2000, o tema da eficiência energética passa a fundir-se com o das edificações pertencentes ao patrimônio cultural. Ainda assim, são cenários um pouco distantes da realidade brasileira.

4. CONCLUSÕES

É possível concluir que trabalhos nesse tema, unindo a proteção do patrimônio cultural edificado e a eficiência energética em edificações, são de grande valor no cenário atual. As discussões a respeito dessa problemática têm ganhado espaço, como foi possível perceber na análise dos resultados, e podem ser muito favoráveis para ambos os lados. Além disso, os usuários – a comunidade – serão os maiores beneficiados desses resultados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENHAMOU, F. **A economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2016.
- CARVALHO, A.R. **Discussão das possibilidades de retrofit energético no Casarão 2 segundo os critérios da INI-C e da EnerPHit Standart**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPEL.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- MEIRA, A.L.G. **O passado no futuro das cidades**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- PBE EDIFICA. **Sobre o PBE Edifica**. PBE Edifica, 2020. Acessado em 28 ago. 2020. Online. Disponível em: <http://www.pbeedifica.com.br/sobre>
- PURCELL, Caroline Engel. **Deep Energy Renovation of Traditional Buildings: Addressing Knowledge Gaps and Skills Training in Ireland**. Irlanda: The Heritage Council, 2008.
- SILVA, V.R.F. **Patrimônio, memória e mercadoria: uma reconstrução arquitetônica em Outro Preto, Minas Gerais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL.
- VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2016.